

PROJETO PEDAGÓGICO – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

DADOS DA INSTITUIÇÃO	
Razão Social	3R Capacita Comércio de Materiais Didáticos e Serviços Educacionais LTDA
Nome Fantasia	3R Capacita
CNPJ:	32.380.894/0001-89

Metodologia: O curso é composto pelo material didático em pdf com jurisprudência atualizada dos tribunais, exercícios, material complementar da aprendizagem e apresentações em pdf.

Avaliação/Certificação: Ao final do curso, o aluno será avaliado devendo obter **nota superior a 70%** para ter direito ao certificado. No caso de insucesso na primeira tentativa, há previsão de mais 02 (duas) oportunidades. Durante o curso há acompanhamento de tutor por meio de perguntas e respostas.

Tutoria: O curso recebe o suporte especializado do professor conteudista, que atua como tutor, promovendo a interação e acompanhando o rendimento do aluno.

Material Didático: O curso oferece material didático exclusivo e devidamente atualizado, contemplando aulas em pdf e material complementar.

Público-Alvo: Servidores Federais, Estaduais e Municipais que atuam na execução, fiscalização e supervisão de contratos: auditores, controladores, assessores jurídicos, promotores, procuradores, delegados e outros servidores. Compradores públicos, gestores e executores da logística do setor público. Conselhos de políticas públicas, organizações não governamentais, imprensa e cidadãos que queiram atuar na gestão e fiscalização de contratos administrativos.

ESTRUTURA DO CURSO

Nome do Curso: Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos

Carga Horária: 40 horas

Objetivos: Por se tratar do principal mecanismo que a Constituição Federal previu para que o Estado faça a melhor gerência possível dos recursos públicos, a atividade contratação pública tem forte relação com a geração de resultados para a sociedade e elevada materialidade de recursos envolvidos.

Em relação à materialidade, levantamento do TCU presente no Acórdão nº 2.622/2015 indicou que o tema Licitações e Contratos (L&C) envolve de 10% a 15% do Produto Interno Bruto (PIB) Nacional, com valores de aproximadamente R\$ 500 bilhões/ano.

É primordial que as instituições públicas se concentrem no campo das medidas preventivas, reconhecidas inclusive pelas convenções internacionais contra a corrupção (Convenção Interamericana de 1997 e Convenção das Nações Unidas de 2003) como o caminho mais adequado para atacar as causas do problema da corrupção e do desperdício.

Entre as ações de prevenção que podem ser adotadas, destaca-se a capacitação dos servidores que atuam direta ou indiretamente com a atividade de gestão e fiscalização de contratos administrativos (gestores e fiscais de contratos, autoridade competente, assessores jurídicos, auditores, etc.) fornecendo conhecimento e ferramentas para que os servidores possam desempenhar suas atribuições com segurança.

Conteúdo Programático:

1. Relações Contratuais na Administração Pública

1.1 – Regime Jurídico dos Contratos Administrativos

1.1.1 - Dos Contratos Escritos

1.1.2 - Dos Contratos Verbais

1.2 – Importância da análise jurídica da minuta do contrato

1.3 - A minuta de contrato como documento integrante dos procedimentos licitatórios

1.4 – Diferença entre contrato e ata de registro de preços

2. Prorrogação dos Contratos Administrativos

2.1 – Prazos dos Contratos Administrativos

2.1.1- Vigência, Validade e Eficácia dos Contratos Administrativos

2.1.2- Prazos de execução, conclusão, entrega e recebimento

2.2 – Prorrogação Contratual

2.2.1 – Contrato de execução continuada (por prazo certo) e contrato por escopo

2.2.2 – Hipóteses de prorrogação

3. Alterações em Contratos Administrativos

3.1. Alterações Contratuais

3.1.1 Alterações Unilaterais

3.1.1.1 Alterações Qualitativas

3.1.1.2 Alterações Quantitativas

3.1.2 Alterações Consensuais

3.2. Limites das Alterações Contratuais

3.3. Formalização das Alterações Contratuais: termo aditivo e apostilamento

4. Atualização do Valor Contratual

4.1. Equilíbrio Econômico-Financeiro do Contrato

4.2. Modalidades de Atualização do Valor dos Contratos

4.2.1 Reajuste de Preços

4.2.2 Repactuações

4.2.3 Reajuste x Repactuação

4.2.4 Revisão ou Reequilíbrio Econômico-Financeiro

5 – Execução, Fiscalização e Inexecução Contratual

5.1 - Execução de contrato administrativo

5.2 - Direitos e obrigações da administração pública

5.3 - Direitos e obrigações da contratada

5.4 - Espécies de Execução do Contrato

5.4.1 - Execução direta

5.4.2 - Execução indireta

5.5 -Execução da despesa pública

5.5.1 - Empenho

5.5.2 - Liquidação

5.5.3 - Pagamento

5.6 - Recebimento Provisório e Definitivo do Objeto Contratual

5.7 - Exigência de Garantia Contratual

5.8 - Fiscalização do Contrato Administrativo

5.9 - Segregação de Funções em Contratos

5.10 – Inexecução do Contrato

5.11 - Espécies de inexecução

5.11.1 – Com Culpa

5.11.2 – Sem Culpa

5.12 – Rescisão Contratual

5.12.1 – Espécie de Rescisão Contratual

5.12.1.1 – Unilateral ou Administrativa

5.12.1.2 – Amigável

5.12.1.3 – Judicial

5.13 – Anulação

5.14 – Efeitos da Anulação

6 – Sanções Administrativas e Processo Administrativo Sancionador.

6.1 Obrigatoriedade

6.2.1 Advertência (infrações leve)

6.2.2 Multa (infrações médias)

6.2.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos (infrações graves)

6.2.4 Impedimento de contratar com a administração (infrações graves)

6.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar (infrações gravíssimas)

6.3 Desconsideração da Personalidade Jurídica

6.4 Infrações à Lei Anticorrupção

6.5 Processo administrativo Sancionador

6.6 Procedimento de aplicação de penalidade